

Ata da Reunião Ordinária

20/05/2014

Aos vinte dias do mês de Maio do ano de dois mil e quatorze, na Casa dos Conselhos, sito à Rua Joaquim André, 895, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Estiveram presentes: Pedro Eugênio Adamo, Morgane Retière, Carla Maria Vieira, Dagmar Correr Schiavi, Renata Liva, Nilse Brasília A. De Moura, Dilaine Conceição Alves, Solange Guidolin C. Brazaca e, como ouvinte, Nayla Almeida.

Justificaram ausência: Francisco Ernesto Guastalli, Mayara P. Carmo Teodoro, Jacqueline Camargo S. Alves, Bruna Fernanda Negrelli Santo, Ana Carolina Martins Ferreira, Fernanda Aparecida Martim.

A reunião começou pela leitura da ata da reunião anterior pelo presidente Pedro Adamo.

Visita ao banco de alimentos

A pauta principal do mês de abril foi o relato da visita ao banco de alimentos. A este propósito, todos os membros do COMSEA expressaram seus agradecimentos à equipe do banco de alimentos pela recepção e os parabéns pela organização da visita. Alguns elementos foram realçados, além daqueles relatados na ata de Abril. Os alimentos provêm tanto de doações por empresas (indústrias e supermercados) quanto de alimentos comprados com os recursos do projeto. A gestão do estoque é um elemento importante, em especial em relação às datas de vencimento (os produtos com datas de vencimento mais próximas são doados em prioridade). Existe um cadastro dos beneficiários do programa. Além da doação de alimentos, existem outras frentes e um trabalho de acompanhamento dos resultados do projeto. Pedro, da CEASA, realçou que existe na CEASA um banco de alimentos, só que com produtos perecíveis.

Visita futura no SEMAE

Em seguida, foi retomado o assunto do agendamento de uma visita ao SEMAE e a questão do transporte até uma das unidades. Foi sugerido que fosse enviado um ofício solicitando a liberação de um veículo para alguma secretaria municipal.

Apresentação do projeto “Família acolhedora

Patrícia. Ela veio apresentar o programa “Família Acolhedora”, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Pastoral do Serviço da Caridade (Pasca). Este tipo de programa existe em outros países e em outras cidades do Brasil há vários anos, dependendo dos casos, e acabou de ser implementada no município de Piracicaba em outubro de 2013, de acordo com o estatuto da criança e do adolescente. Até agora, são duas as famílias que ingressaram o programa e receberam, respectivamente, um recém-nascido e uma criança de 4 anos. As crianças retiradas são oriundas de todo tipo de família e todo tipo de classe social.

O objetivo é capacitar a família voluntária a acolher durante dois anos no máximo crianças ou adolescentes que foram retiradas das suas famílias de origem por decisão do juizado de menores. Durante este período, um trabalho é feito junto à família de origem que perdeu o direito de convivência com a criança nestes casos de abusos. De fato, existe a possibilidade da criança retornar para sua família de origem em função do

trabalho efetuado pela equipe de assistentes sociais e psicólogos.

Um dos principais desafios do trabalho de preparação e acompanhamento junto às famílias acolhedoras é que fique claro que a criança será devolvida para sua família de origem, no melhor dos casos, ou irá para o abrigo e entrará nos procedimentos da adoção. A permanência na família acolhedora é estritamente restritamente ao período fixado inicialmente, a mesma não podendo estar inscrita na adoção. A família acolhedora recebe uma guarda provisório com estatuto específico a este programa. O programa “família acolhedora” é assim uma alternativa ao abrigo, que constitui uma estrutura coletiva, enquanto a permanência numa família permite acompanhar a criança com maior individualidade.

A capacitação das famílias que se voluntariam para serem estruturas acolhedoras dura dois meses ao longo dos quais a equipe psico-social determina se tem ou não o perfil adequado e se é apta para acolher uma criança. O processo para que uma família interessada ingresse o programa é, primeiramente, que após a reunião de informação ela retorne com a documentação. Segue uma visita domiciliar e entrevistas coletivas e individuais com cada membro da família. Em seguida, a família atende a cinco encontros de capacitação (palestras e oficinas) e depois desta fase, é traçado o plano de atendimento familiar. Este será elencado com o perfil da criança. O juiz recebe o perfil da família na espera de um caso que corresponda. Os recursos que financiam este programa são municipais.

Quando o juiz de menores recebe uma criança ou um adolescente que se adéqua ao perfil estabelecido pela equipe psico-social, ela é colocada na guarda da família acolhedora (trata-se de uma decisão judiciária). Este processo judicial pode ser originado por denúncias no conselho tutelar ou no fórum. A equipe do programa se organiza em duplas, uma psicóloga e uma assistente social, cada dupla sendo responsável por acompanhar quinze crianças. Existe uma parceria com o programa de psicologia, mediante a participação de três professores e dois estagiários bolsistas.

O trabalho da equipe psico-social com a família de origem consiste, quando está de acordo e quando a situação o permite, em sessões junto às psicólogas do programa assim como eventuais encontros semanais entre a criança e seu pais, no local do programa. O objetivo final é uma redução de danos e a preparação para um retorno gradativo à convivência. A família acolhedora, que também tem encontros freqüentes com a equipe psico-social auxilia na observação da evolução da criança, suas reações e percepções sobre a situação. Pode também haver uma ajuda da família acolhedora à família de origem no processo de transição e retorno da criança.

Uma das principais dificuldades encontradas até agora pela programa é a de captar famílias interessadas e aptas, pois a questão do apego e desapego com a criança não é simples. A outra dificuldade é a divulgação do programa e dos seus objetivos para a comunidade de Piracicaba para que mais pessoas conheçam e eventualmente colaborem.

Repasse: Oficina do SISAN

Depois desta apresentação, continuou a reunião com alguns repasses. O primeiro foi um ofício do Prefeito convidando para uma oficina do SISAN marcada no Espírito Santo nos dias 29 e 30 de maio, sobre a concepção comum e o funcionamento do SISAN no municípios.

Orçamento municipal participativo

Dagmar, representante do governo, explicou o andamento do orçamento participativo. Estão atualmente



Conselho Municipal de
Segurança Alimentar e Nutricional

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

MUNICÍPIO DE PIRACICABA - ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL

arrecadando as demandas de cada região do município e é recomendada a presença e participação dos conselheiros. As demandas devem concernir investimentos, e não manutenção dos equipamentos e infraestrutura (que já são da responsabilidade do município). As reuniões ocorrem das 19h às 21h nos diferentes bairros da zona urbana e rural. Dagmar ressaltou a dificuldade de uma participação ativa e efetiva dos cidadãos nos processos de consulta pública. As demandas também podem ser mandadas por email no endereço seguinte: smg.op@piracicabasp.gov.br

Agenda dos próximos meses

Foi marcada a visita ao CEAGESP na terça-feira, dia 24 de junho. Devem ser agendadas também um visita à SEMAE e apresentações da ANVISA e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, segundo a indicação de Carla, representante da UNIMEP, que conhece uma pessoa que participa do CONSEA. Outras apresentações possíveis seriam de pessoas da coordenação da Rede Sans.

Nada mais havendo para tratar, o presidente Pedro Eugênio Adamo encerrou a reunião e eu, Carla Maria Vieira, Secretária, lavrei essa presente ata, que segue assinada por mim e pelo presidente. Piracicaba, 20 de maio de 2014.

Carla Maria Vieira
Secretaria

Pedro Eugênio Adamo
Presidente